



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MINAS GERAIS

1 Ata nº 335ª da Sessão Plenária Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do
2 Adolescente - CEDCA/MG, realizada aos vinte e quatro dias mês de novembro de 2016, em sua sede
3 localizada na Casa de Direitos Humanos, à Avenida Amazonas, 558 - 7º andar - Centro - Belo Horizonte
4 com início às 09:00 às 18:00. A Diretora de Apoio aos Conselhos e Órgãos Colegiados, Juliana Cordeiro
5 Chiari procedeu à chamada dos conselheiros para verificação do *quórum*. **Representantes**
6 **Governamentais:** Celia Carvalho Nahas – Titular (Secretaria de Estado de Direitos Humanos,
7 Participação Social e Cidadania – SEDPAC), Regis Aparecido Andrade Spindola – Titular (Secretaria de
8 Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE), Ricardo Augusto Zadra – Titular (Secretaria
9 de Estado da Fazenda – SEF), Roberta Souto Faria – Titular (Secretaria de Estado da Saúde), Nathália
10 Batista Ramos – Suplente (Polícia Militar de Minas Gerais), **Representantes da sociedade civil:**
11 Cleibson Ferreira Sá - Titular (Casa de Arte e Inclusão Social – CAIS), Fabrício Alexander Luis Lima
12 (Associação dos Praças e Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - ASPRA/PMBM), Dênia
13 Damiane de Carvalho – Titular (Associação 04 de Agosto), Genilson Ferreira de Almeida – Titular
14 (Associação do Amor), Carlos Roberto Beto da Silva – Titular (Associação de Deficientes do Oeste de
15 Minas – ADEFOM), Fernanda Mara Carvalho de Matos (Rede Cidadã), Maria de Fatima Mayrinck Brito
16 (Associação Amigos do Bugre, Hudson Roberto Lino (Associação Beneficente Ágape – ABA),
17 Raimundo Rabelo de Mesquita - Suplente (Inspetoria São João Bosco – ISJB), Silvia Cristina Silva
18 Santos Batista – Titular (Associação Lápis de Cor), Petrucia Melo Andrade – Suplente (Convenção
19 Batista Mineira), Antônio Marcos Ferreira (Fundação Sara Albuquerque Costa), Rita Ferreira da Silva
20 Alves – Titular (Associação Arco Iris), Valdeci Macedo de Lima – Titular (Associação bem Viver).
21 **Ausentes:** Adriana Machado Cardoso Rodrigues – Suplente (Secretaria de Estado de Planejamento e
22 Gestão – SEPLAG), Diana Furtado Assis do Carmo – Suplente (Secretaria de Estado da Saúde), Erica
23 Alvarenga de Resende Bastos Suplente – (Polícia Civil de Minas Gerais), Vladimir Alessandro Soares –
24 Titular (Polícia Civil de Minas Gerais), Bernardino Soares de Oliveira – Suplente (Secretaria de Defesa
25 Social), Cleide Maria da Cruz – Suplente (Associação Mineira de Reabilitação), Ricardo Teixeira Silva
26 Junior - Suplente (Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania –
27 SEDPAC, Maria Auxiliadora Salles Gonçalves – Suplente (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF),
28 **Justificativas:** Alessandra Martins – Suplente (Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento
29 Social – SEDESE), Eleonora Xavier Paes – Titular (Secretaria de Estado de Educação), Poliana de
30 Souza Vieira Leal – Suplente (Secretaria de Estado de Educação); João Alves Crisóstomo (Associação
31 Pingo de Luz), Giselle da Silva Cyrillo – Titular (Secretaria de Defesa Social – SUASE), Lígia Maria
32 Alves Pereira – Titular (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG), Ricardo Luiz
33 Amorim Gontijo Foureaux – Titular (Polícia Militar de Minas Gerais), Rodrigo Martins Antônio (Fundação
34 CDL Pro-Criança), Deputado Celinho do Sinttrocel – Titular (Assembleia Legislativa de Minas Gerais). A
35 conselheira Sílvia abriu várias discursões e perguntou se iremos seguir o Ato do Governador ou a
36 Recomendação, conforme a solicitação da Dra. Santa Gema. O conselheiro Irmão Mesquita informou
37 que até o presente momento não entendeu nada em relação ao conselho e estou em nome da
38 instituição e pretendo continuar e o nosso tempo vale dinheiro também desde início do ano estamos
39 fazendo para criança e adolescente e qual objetivo do conselho e comuniquei a Inspetoria João sobre a
40 situação atual do Conselho Bosco onde podemos trabalhar. A conselheira Célia Nahas sugeriu que
41 seguissemos a orientação do Regimento Interno ainda com muita fragilidade e sabemos que temos que
42 rever. A conselheira Sílvia solicitou a resposta das demais entidades que seriam nomeadas. A
43 conselheira Célia fez uma pontuação sobre o Ato do Governador e o Regimento Interno. A conselheira
44 Sílvia que falou que o Regimento Interno do Conselho está em desacordo com a Lei. A Presidente
45 Interina Maria de Fátima informou que foi enviada através da Casa Civil para as Entidades e não temos
46 acesso a essas informações. O convidado Ananias informou que só falaria quando provocado; fala-se

47 de Regimento Interno nesta casa sem nenhuma cerimonia, fala-se que cumpre o Regimento Interno e
48 que nada foi cumprido. O que precisa que a Sociedade Civil reunir-se e ver se irão aceitar estas
49 mudanças de critério que atinge a Sociedade Civil e as entidades e informou que ainda não chegou a
50 suas mãos este ofício da Casa Civil. Estas questões precisam ser resolvidas. Será solicitada para o
51 Governo uma certidão de despacho para o Governador excluindo os nomes das 02 entidades, espero
52 que chegue a nossas mãos este expediente que foi prometido há muito tempo e não cumpriu e que
53 fique registrado que a sociedade civil ela e organizada por principio constitucional que proíbe a qualquer
54 poder do Estado interferir na sua organização que e inconstitucional. O Conselho aprovou as 20
55 Entidades e que esta na Lei mais não foi cumprida a nomeação. O Conselho encontra-se impar. A
56 Presidente Interina Maria de Fátima reafirmar que foi enviado ofício para as entidades. Juliana fez
57 esclarecimento que foi encaminhado 02 ofícios do CEDCA para a SEGOV e para SEPLAG solicitando
58 esclarecimento das entidades não publicadas e a resposta da Casa Civil foi encaminhado para o
59 Secretário Nilmário Miranda e que estes ofícios já foram lidos em plenárias passadas. O convidado
60 Ananias informou que os expedientes são muito vagos, que este Conselho tem que se debruçar para
61 resolver. E foi sugerido pelo conselheiro Ricardo Zadra em plenária anterior que enviasse um ofício para
62 Advocacia Geral do Estado. O Conselheiro Genilson falou que foram esclarecidos alguns pontos e
63 temos 04 conselheiros novatos de interior à falta de respeito dos que estão aqui a fim de promover os
64 Direitos da Criança e do Adolescente e estamos perdendo tempo falou do atraso das diárias e pediu
65 prazo para as ações e sugeriu a suspensão. O conselheiro Cleibson falou que na sua posse houve a
66 mesma discursão e que nada avançou e sugeriu a suspensão da reunião. A conselheira Célia Nahas
67 esclareceu que no começo do ano tivemos problemas com a posse e publicações das entidades e foi
68 feito uma comissão especial juntamente com a Sociedade Civil e foram feitas todos expedientes para
69 sanar o problema. Esclareceu que uma vez nomeados e empossados, os conselheiros já estão em
70 condição de atuar no conselho e propôs montar novamente outro grupo para discutir sobre as
71 nomeações que não foram feitas. O Conselho deliberou e aprovou em plenária passada apresentação
72 da Escola de Conselhos e que os convidados vieram de longe aguardando a plenária a convite do
73 Conselho e que seria uma falta de respeito e sugeriu abrir a plenária para apresentação e após
74 suspende. O conselheiro Beto falou que realmente não podemos esconder esta situação e sugeriu na
75 hora do almoço reunir todos os conselheiros da Sociedade Civil para solucionar esta questão interna do
76 conselho e temos muitas pendências e é contra a suspensão da plenária. O convidado Ananias falou do
77 grupo montado para dialogar sobre a posse da entidade onde o conselheiro Claudinei é representante e
78 que consta em atas anteriores sobre sua publicação e não foi cumprida. A conselheira Silvia informou
79 que não vieram para atrapalhar o andamento da plenária e sim para contribuir e sugeriu que
80 ouvíssemos os convidados e após suspender e discordou com o Conselheiro Carlos Beto onde falou
81 para reunir na hora do almoço. Aprovado com 10 votos favoráveis, 02 ao contrario e 01 abstenção para
82 abriu reunião plenária a conselheira Célia informou que temos 03 adolescentes presos em uma
83 manifestação e solicitou um representante do conselho para acompanhar os adolescentes, e foi
84 sugerido o nome da conselheira Fernanda para acompanhar estes adolescentes, que se encontram na
85 Casa de Direitos Humanos, alguém é ao contrário a este encaminhamento? Não. Somente 01
86 abstenção. A Professora Angela trabalha na Unimontes é efetiva do quadro e Coordenadora dos
87 projetos no Centro de Educação a Distância onde desenvolve diversas atividades a mais de 15 anos
88 envolvendo a Educação e diversas áreas e adversidades e a gente compõe o Estado também e
89 principalmente no Norte de Minas. Foi apresentado o professor Fernando, que é Diretor do Centro de
90 Educação a Distância da Unimontes e coordenador de todos os trabalhos e ações. Estando presentes
91 também a professora Cláudia, que compõe o Grupo Gestor, e a Sra. Elizabeth que acompanha o
92 trabalho realizado, que é produto e fruto de discussão. Falamos sempre das nossas experiências e são
93 discutidas com o Grupo Gestor as questões que precisam ser levantadas de acordo com a demanda, e
94 iremos apresentar uma proposta aberta para análise. Ressalta-se a importância de conversas e o olhar
95 de cada um, e tentamos reunir toda a equipe no grupo gestor para falar das necessidades, que são
96 apresentadas neste momento no intuito de informar aos conselheiros. A professora Angela esclareceu
97 que a Escola está seguindo uma linha de apresentação no geral, e trazendo o projeto na integra para
98 conhecimento, e tomaram o cuidado em buscar dentro da regulamentação vigente. E se sabe que a

99 ideia inicial seria um curso presencial, mas que vai se chegar à apresentação dos eixos, módulos e
100 conteúdos da regulamentação e legislação. Não foi extrapolado em nada, pelo contrário, buscamos
101 obedecer ao necessário. Estes três assuntos vão dizer justamente isso para serem trabalhados e
102 mostrar o que estamos propondo. O conselheiro Irmão Mesquita falou da experiência que teve no
103 município de Montes Claros e que este projeto tem que ter um Campo Nacional para multiplicação
104 depois desta apresentação eu acredito em melhorias em relação à Criança e Adolescente. O
105 conselheiro Carlos Beto informou da importância do curso presencial, perguntou quantas turmas? E
106 como será dividido? A convidada Angela esclareceu que terão encontros em 100 polos, cada um com
107 25 cursista totalizando 2.500 conselheiros. Terá uma parte introdutória, vídeo conferência e atividades
108 presenciais, e no final apresentar a intervenção. A convidada Elizabeth falou que foi aluna da escola de
109 projeto em Campo Grande, em 2002, e que o sonho é ter essas universidades em todos os Estados.
110 Parabenizou o conselho por essa negociação com a Unimontes e que os conselheiros necessitam de
111 uma boa capacitação. Parabenizou também a Unimontes pela apresentação dos projetos. Que há
112 muitos ex- conselheiros tutelares com nível superior, capacitados e com muita prática que poderiam ser
113 tutores. A convidada Angela informou que estes perfis serão apreciados pelo grupo gestor e que a
114 intensão é aproveitar estes conselheiros. A presidente Interina Maria de Fátima falou da experiência em
115 seu município em relação à faculdade à distância e presencial e agradeceu pela apresentação. Foi
116 apresentado pelo professor Fernando a parte orçamentária do projeto. A conselheira Rita solicitou vista
117 pela Comissão de Normas no material apresentada. A apresentação Escola de Conselhos em seu
118 inteiro teor está disponível na Secretaria Executiva do CEDCA/MG. A presidente Interina abriu a reunião
119 da parte da tarde, após a reunião realizada pela sociedade civil para discussão dos rumos a serem
120 tomadas referentes ao processo de eleição. O conselheiro Cleibson falando em nome da Sociedade
121 Civil, informou que eles tomaram a decisão de que farão um documento para que todos os conselheiros
122 e as entidades envolvidas assinem, cobrando a resposta do Governo, e que as próximas plenárias só
123 serão consideradas válidas se obtiver resposta sobre as 03 entidades faltantes para nomear. Que
124 precisamos da posição do Governo, e viemos para anunciar que não ficaremos nesta reunião. O
125 conselheiro Genilson informou que não viram para tumultuar os trabalhos, e não vamos permanecer
126 que fizemos a discussão sobre o pagamento de diárias, se teremos que devolver caso fossemos
127 embora. O conselheiro Carlos Beto ficou e informou que conversou com todos da sociedade civil, e que
128 gostaria que os conselheiros ficassem para ouvir a proposta do conselheiro Ricardo Zadra. A
129 conselheira Célia informou que conversou com os conselheiros Governamentais mais cedo e que não
130 faz sentido encaminharmos novamente um ofício, tendo em vista que já foi encaminhado e registrado,
131 deliberado e aprovado na ata de junho ou julho. Que foi encaminhado um ofício para a Secretaria de
132 Governo, solicitando a publicação de todos os conselheiros, que uma vez que todos foram nomeados e
133 empossados, assumiram um compromisso de fazer esse conselho funcionar. Ressaltou a importância
134 do trabalho do Conselheiro, ponderando que temos muitas atividades, e precisamos do empenho dos
135 conselheiros. Ontem tivemos reunião extraordinária com 03 pontos de pauta e conseguimos trabalhar
136 somente 01, plano estadual, e lembrando a situação dos adolescentes apreendidos acompanhados pelo
137 Conselho. Neste sentido precisamos continuar a trabalhar. O conselheiro Ricardo Zadra sugeriu que
138 podemos juntar toda a documentação do processo eleitoral, as documentações que vieram da SEDPAC
139 para o CEDCA ou do CEDCA para SEDPAC, da Casa Civil das entidades e enviaríamos a Advocacia
140 Geral do Estado para emissão de parecer. Que o conselho continuaria os trabalhos seguindo o
141 Regimento Interno e a recomendação feita pelo Ministério Pública. O conselheiro Carlos Beto aderiu a
142 sugestão do Conselheiro, que atende os dois lados, e o conselho não pararia suas atividades. O que a
143 Advocacia Geral determinar, nós iríamos acatar. A presidente interina Maria de Fátima informou que a
144 Dra. Santa Gema e a Dra. Paola falou que o conselho tem condições de funcionamento os que são
145 nomeados e empossados e falou que alguns conselheiros tiveram que prestar alguns esclarecimentos
146 ao Ministério Público e que também aderiu à proposta do conselheiro Ricardo Zadra. A presidente
147 perguntou então a posição da sociedade civil: enquanto não sair à publicação não virá na reunião
148 plenária? Informou os nomes que vão continuar na plenária: Irmão Mesquita na condição de suplente,
149 Fabricio Alexander e Carlos Beto. A conselheira Silvia informou que pelo que parece não foram
150 repassadas as informações da reunião da sociedade civil, com conteúdo discutido e fechado com

151 poucos conselheiros ainda presentes, e que a pessoa que ficaria responsável pela elaboração do ofício
152 é o convidado Ananias e o conselheiro Fabricio Alexander, que são formados em Direito, e tem
153 conhecimento em Leis. Ele será encaminhado para a Secretaria de Estado e para o Governador,
154 solicitando resposta sobre as entidades não publicadas, e dando prazo de 30 dias ao ofício enviado.
155 Seguindo a orientação da Dra. Santa Gema e o Regimento Interno, em nenhum momento foi dito que
156 não viremos na plenária de dezembro, que as falas estão sendo divergentes e os conselheiros que não
157 ficaram na reunião à tarde; isso é uma questão pessoal de cada. O conselheiro Carlos Beto esclareceu
158 para a conselheira que uma proposta não anula a outra, e que vamos respeitar quem vai embora, que a
159 proposta do conselheiro Ricardo de juntar todos os documentos, e enviar para a Advocacia Geral e ao
160 Dr. Celso Pena é interessante. Falou que os conselheiros não tem noção da importância de seu papel,
161 que é de alta relevância, e quanto ao número de faltas previstas no Regimento Interno, se alcançadas
162 as ausências regimentais sem justificativas, perderão a função. A entidade suplente é chamada, ou
163 então, outra eleição para suplementar a vaga. Fui pego de surpresa nesta reunião, e a 1ª vista, este tipo
164 de comportamento de boicote poderá sofrer consequências administrativas, principalmente em uma
165 reunião do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente. É um risco muito grande, e sugeri que a
166 sociedade civil entre na Justiça caso se sintam prejudicados. A conselheira Silvia justificou que nenhum
167 momento ouviu falar em boicote, e que a reunião foi feita para encaminhamento e teremos que seguir a
168 Constituição. A conselheira Célia Nahas perguntou se eles estão informando sobre o encaminhamento
169 dos ofícios que serão enviados, e que nas falas, talvez vocês não tenham dado margem a outros
170 entendimentos, com relação à proposta do conselheiro Ricardo Zadra. Que uma proposta para o
171 Conselho (e estou falando do que foi trazido pela sociedade civil), vocês precisam mais claros. Estão
172 fazendo é um informe ao conselho? Que seja então algo que não acarretaria uma decisão do Conselho,
173 alguém confirma essa informação?. A presidente Interina Maria de Fátima esclareceu sobre a fala do
174 conselheiro Cleibson dizendo que a sociedade civil não ficaria na reunião, e que aguardaria a resposta
175 do ofício que será encaminhado com prazo de 30 dias, e a maneira como foi expressado, deu margem
176 pra outro entendimento. A conselheira Silvia esclareceu o mal entendido da fala do conselheiro
177 Cleibson, e deixando bem claro que não foi boicote, os conselheiros que não estão presentes, cada um
178 teve seu entendimento. E solicitou ao conselheiro Cleibson manifestasse do mal entendido da fala. O
179 que não foi feito. O conselheiro Fabricio informou que ficou decidido que mandaremos e-mail para as
180 outras entidades que não estão presentes para participarem do encaminhamento, sendo corrigida a fala
181 do Cleibson, que não foi a nossa intenção atrapalhar a reunião e os conselheiros que não estavam
182 presentes. A presidente abriu a plenária da parte da tarde, solicitando os conselheiros que ficariam na
183 reunião, que se sentasse para verificação do quórum. O conselheiro Irmão Mesquita solicitou se fizesse
184 leitura do que vamos votar, ou seja: a proposta feita pelo conselheiro Ricardo Zadra, e/ou a da
185 Sociedade Civil. Informou que uma proposta não anula a outra. A presidente Interina Maria de Fátima
186 colocou em votação o encaminhamento de todos os documentos do Conselho para Advocacia Geral do
187 Estado - AGE sugerido pelo conselheiro Ricardo Zadra. O conselheiro Ricardo Zadra só acrescentou
188 um detalhe: que este Conselho continue funcionamento com base no Regimento Interno e a
189 Recomendação feita pelo Ministério Público. A presidente Interina Maria de Fátima fez a leitura da
190 Recomendação Administrativa e solicitou a resposta com prazo de 10 dias a Dra. Paola e Dra. Santa
191 Gema. Responder que diante da não nomeação do conselheiro titular, ou seja, Dr. Ananias seja
192 convocado o conselheiro com maior número de votos e as diárias. A presidente interina Maria de Fátima
193 retomou a votação da proposta do conselheiro Ricardo Zadra casando com a proposta de que o
194 Conselho não deve parar. – AGE. Ricardo Zadra pediu para registrar que os conselheiros nomeados e
195 empossados devem participar que evidentemente todos os membros da sociedade civil são
196 importantes, assim como os governamentais. Até mesmo por força do regimento interno, este conselho
197 funciona (absurdamente só com uma das duas áreas presentes), com a presença de apenas 07 (sete)
198 da sociedade civil e nenhum governamental. Até continuaria com seus trabalhos, podendo também
199 tendo 07 da área governamental, e nenhum da sociedade civil, e os trabalhos continuariam. Então com
200 efeito de deliberação, precisaríamos da maioria dos conselheiros presentes, entre estes 07, e na pior da
201 hipótese, teríamos aprovação de assuntos de alta relevância com aprovação de 04 conselheiros. Que
202 se tenha então isto na consciência. **Votação: Aprovado: 07 votos favoráveis e 01 abstenção a**

203 **proposta do Conselheiro Ricardo Zadra.** A conselheira Silvia solicitou que registre em ata que irá
204 continuar e participar da reunião. A presidente Interina Maria de Fátima seguiu com aprovação da ata. O
205 conselheiro Ricardo não teve presente na ultima plenária e queria trazer a reflexão dos conselheiros,
206 constando que neste plenário aprovou as atas anteriores da seguinte forma: 05 votos favoráveis e 06
207 abstenções no Regimento Interno Art 29 diz o seguinte: as deliberações serão tomadas por maioria 05
208 dos membros presentes não tendo o presidente o direito decidir em parte, foi levantado esta discursão.
209 Na linha 187 a 192 qual o meu entendimento presentes 11 conselheiros a ata só poderia ser votado com
210 06 votos favoráveis e se os entendimentos dos conselheiros são diferentes. O conselheiro Carlos Beto
211 entendeu que abstenção não é contra e nem a favor, o que prevalece são os 05 fotos favoráveis e
212 justificando por não estar presente em 03 plenárias passadas, não iria votar em aprovação de ata. A
213 conselheira Célia reforçando o entendimento do conselheiro Carlos Beto entendeu que se conta a
214 maioria dos votos válidos, e abstenção nesse sentido, não seria contado na maioria dos votos. A
215 Presidente Interina esclareceu sobre as 06 abstenções, que a maioria dos conselheiros não estava
216 presente em determinada plenária para votação. A conselheira Silvia disse que: no meu entendimento é
217 que em determinada ata não foi incluída sua fala, contudo, o documento não deixou de ser aprovado. A
218 técnica Cláudia César fez esclarecimentos sobre a forma de como é elaborada a Ata. A conselheira
219 Célia informou que a ata não é uma transcrição fiel, e sim cum compilado dos conteúdos mais
220 importantes e de que subsidiam as deliberações. O Conselheiro Ricardo Zadra informou que tem que
221 ser resumido, e que a gravação fique guardada. A presidente Interina Maria de Fátima passou a
222 **aprovação da Ata, 03 votos favoráveis, 05 abstenção e 01 ao contrário.** A presidente Interina Maria
223 de Fátima informou que foi suspensa a apresentação do Ordenamento da FUCAM. Dando inicio aos
224 relatos das comissões, o Conselheiro Irmão Mesquita da comissão de medidas socioeducativas,
225 informou que o relato, excepcionalmente hoje, não seria feito, tendo em vista que a relatora da
226 Comissão, Fernanda Matos; precisou se ausentar da reunião para atender ao adolescente apreendido
227 na manifestação na Praça Sete, encaminhamento aprovado em plenária. O conselheiro Ricardo Zadra
228 da comissão de Orçamento e Finanças em conjunto com a Comissão de Normas relatou que o ponto de
229 pauta foi análise dos projetos. Foi solicitado pela Regina Helena e Bruno do IDH se seria possível
230 apresentação do Projeto Encontro de Adolescentes, (participação dos adolescentes), sendo solicitado
231 que procurasse a Secretaria Executiva para levantar a possibilidade de apresentação do mesmo ao
232 Conselho. Assim o fizeram. Na sequência, passou a análise do projeto Fundação Benjamim Guimaraes.
233 Remetemos para Mesa Diretora, porque não tinha matéria para COF, registrou Ricardo Zadra. Entre os
234 presentes, foi levantada a situação da eleição do coordenador da comissão, e o conselheiro Cleibson se
235 colocou a disposição e os outros conselheiros que estavam na reunião acataram. Ele pediu que
236 assumisse a coordenação da COF a partir da próxima reunião respeitada à paridade das outras
237 coordenações. Também analisamos o pedido que endereçado a COF, do Hospital da Baleia, Fundação
238 Benjamim Guimarães o Projeto Refeição Amiga, que na verdade não tinha que liberar este projeto e foi
239 remetida a Comissão de Normas, e o projeto Oficina de imagem fez um análise, e está com os
240 pareceres aptos e principalmente o parecer da COF e indicamos que viesse diretamente para plenária
241 para aprovação ou não. Tomamos ciência do ofício de despacho pela Sra. Presidente sobre um
242 documento que fala dos recursos creditados na conta do FIA no valor de R\$248.000.00. A COF
243 entendeu que o pedido formulado procede de créditos de atualizações monetárias, mais devolvemos a
244 demanda à própria Presidente, para que fosse esclarecido o tópico de quando foram feitas estas
245 destinações e datas. Também chegou o recurso do CMDCA de Betim dizendo que equivocadamente
246 fizeram um deposito na conta do FIA Estadual e fizemos este análise, e entendemos que o
247 posicionamento deverá ser da Comissão de Normas, posto que, esta comissão não tem a prerrogativa
248 de determinar retiradas de Recursos Financeiras do Tesouro Estadual, que não sejam através de
249 projetos apresentados às Comissões Temáticas e aprovados em plenária deste conselho. O projeto da
250 Associação Brasileira Kosmo's de Artes Marciais, pedindo renovação de Chancela e retirada de recurso,
251 entendemos que na verdade que deveria tramitar pela COF o pedido de retirada de recursos e demos o
252 parecer e também foi apresentado o Projeto Associação das Obras Pavonianas de Assistência - Obras
253 Sociais "Pe. Agnaldo" pedido de retirada e foi emitido um parecer solicitando adequações a Instituição
254 as quais já trouxeram, remetemos este projeto para a Comissão de Mérito e Normas, todos pareceres

255 aptos encaminhados a plenária para aprovação. O conselheiro Ricardo Zadra solicitou registro em ata:
256 Que ele tem trabalhado muito, menos em plenária, que tem sido muito tumultuada. Que nas reuniões de
257 comissões, ele tem dado pareceres de projetos, e os tempos disponíveis, respondendo uma serie de e-
258 mails endereçados ao Conselho. Pelo fato da nossa Técnica Luciana estar de férias regulamentares, e
259 a dificuldade de outros conselheiros responderem, tendo ele feito este trabalho. Comprometeu-se de
260 enviar as mesmas anotações para fazer a Ata da Comissão de Orçamento e Finanças. A presidente
261 Interina Maria de Fátima esteve no município de Araxá em um evento e aproveitou para encontrar com
262 o representante da Associação Brasileira Kosmo's de Artes Marciais, para orientá-los em como fazer um
263 projeto bem feito, encontrando com o representante do CMDCA, ligou para o responsável da entidade, e
264 não obteve retorno. Diante do exposto, temos que enviar para eles uma resposta formal. Já vem de
265 tempos esta situação da chancela e de retiradas parciais, e no e-mail da instituição, na verdade ela se
266 reportou a uma situação muito particular, no sentido de capitação de recurso. E o conselheiro Alexander
267 deu uma sugestão muito boa, que de agora até no exercício de 2016, todos nós façamos uma
268 campanha para que a destinação dos recursos de renúncia fiscal, aconteça, tendo em vista, o período
269 de final de ano é propício para a participação das pessoas em campanhas de arrecadação para o FIA. E
270 o outro pedido que interessa a comissão de Finanças, que é pedido de retirada parcial, me parece que
271 eles tem dificuldades com a Prefeitura em como proceder, até mesmo de pedido de chancela e retirada.
272 Conselheira Silvia, da Comissão de Normas relatou que o projeto Associação Mineira de Reabilitação –
273 AMR solicitou uma nova retirada, porém o projeto captou além dos recursos da Chancela autorizada e o
274 Plano de trabalho não apresentou a 2ª fase. A Comissão de Legislação e Normas já apresentou parecer
275 desfavorável a esse pedido de retirada. A conselheira Silvia informou que prevaleceu o último parecer
276 da Comissão desfavorável ao pedido. O conselheiro Ricardo perguntou se o período de validade da
277 chancela autorizativa estava vencido. A conselheira Silva respondeu a pergunta de Ricardo Zadra
278 dizendo que sim, o projeto estava vencido. O projeto Associação Brasileira Kosmo's de Artes Marciais
279 solicitou pedido de retirada, e a comissão entendeu que é um caso Especial, e previsto no Edital 02/13
280 no At. 9.6, e que a Mesa Diretora tem poder de decisão. Assim a Comissão decidiu enviar este projeto
281 para a Mesa Diretora decidir. O conselheiro Ricardo Zadra perguntou se a comissão de Normas
282 entende que o projeto é Especial, e ele entende que o projeto não é nem omissivo e nem especial, mas
283 que respeita a decisão da comissão. Esclareceu para a Presidente que existe a Mesa Diretora sim, mas
284 não está completa. Que a Mesa Diretora representada apenas pela Presidente, entendendo que ela não
285 tem prerrogativa plena para fazê-lo. Então, se pode remetê-lo à plenária deste Conselho para decisão.
286 Ressaltou: Não quero ficar colocando toda a minha impressão e inibindo os outros conselheiros. A
287 Presidente Interina, Maria de Fátima disse que se sentia desconfortável, e não contemplada o suficiente
288 para fazer este parecer. Decisão: O projeto ficará aguardando até a eleição da Mesa Diretora para
289 retornar em plenária. Projeto Fundação Benjamim Guimaraes solicitou pedido de retirada e como não
290 pediu renovação de chancela, a comissão de Normas pediu vista ao projeto. Projeto Associação das
291 Obras Pavonianas de Assistência - Obras Sociais "Pe. Agnaldo" a Comissão de Políticas Públicas em
292 conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças foram favoráveis a aprovação. O conselheiro
293 Ricardo Zadra informou que o projeto passou também pela comissão da COF e solicitamos adequação,
294 pedindo que tramitasse em outras comissões, e já cumpriu o que foi solicitado. E o despacho da COF é
295 de que o projeto está apto a ser votado nesta plenária. A conselheira Célia Nahas da comissão de
296 Apoio aos Conselhos juntamente com a comissão de Políticas Públicas começou relatando pelo ponto
297 do Comitê interinstitucional para construção do Plano Decenal e foram discutidos 02 pontos
298 importantíssimos e lembrando que o comitê é uma deliberação do conselho criado para construção do
299 Plano Decenal e acompanhado pelo IDH os convênios e que os conselheiros não estão fazendo
300 presentes nestas reuniões então foi definido como representantes do CEDCA no Comitê do Plano
301 Decenal para garantir à participação pela Comissão de Normas e pela COF não tiraram ninguém. Pela
302 CPP iriam os Conselheiros Petrucia Melo e Antônio Marcos. Pela Comissão de Apoio iria a Conselheira
303 Célia Nahas esclarecendo que já participa pela SEDPAC e não como conselheira do CEDCA, e pela
304 Comissão Socioeducativa iria o Conselheiro irmão Mesquita. Que não há previsão de diárias para os
305 Conselheiros de interior participar de todas, mas que essas reuniões foram marcadas para um dia
306 depois da Plenária de 15 em 15 dias, sempre pela manhã para os Conselheiros do interior que

307 quiserem, poderem também participar. O conselheiro Carlos Beto solicitou que consta em ata a sua
308 participação na comissão de Apoio aos Conselhos. A conselheira Silvia informou que a comissão de
309 Normas tem apenas 02 representantes da sociedade civil e solicitaram os demais componentes
310 Governamentais. O conselheiro Carlos Beto informou que os representantes do Governo nem sempre
311 estão presentes em plenária. Foi dada a palavra ao Bruno do IDH falou sobre o projeto com participação
312 de adolescentes no Comitê, uma vez que a deliberação prevê a participação de representantes
313 adolescentes. É preciso pensar em critérios para escolha dos participantes, a forma de participação, se
314 haverá encontro e como se dará a hospedagem. A conselheira Célia Nahas informou que foi
315 protocolado o projeto para CEDCA para serem encaminhadas as comissões para aprovação. O CEAS
316 através de ofício nº213/16 encaminhou a portaria nº03/2016, expedida pela Vara Civil da Infância e da
317 Juventude de Belo Horizonte, que dispõe sobre o procedimento para encaminhamento de Crianças e
318 Adolescentes recém-nascidas e dos genitores àquele Juízo, assim como oitiva, nos casos de grave
319 suspeita em situação de risco, bem como sobre os procedimentos para aplicação de medidas de
320 proteção. Quais recomendações e encaminhamento adotaram. A conselheira fez a leitura da minuta de
321 recomendação aos conselheiros uma proposta da comissão. Outro ponto discutido é o Plano de
322 Aplicação de 2017 precisamos com urgência definir qual modelo de Plano de Ação que iremos trabalhar
323 e terá que ser aprovado ainda em dezembro e falou sobre as duas minutas de Recomendações sobre
324 acolhimento e da Resolução do CEDCA Nº 56/2012 que falou sobre os parâmetros de formação
325 continuada, deve ser revisada por deixar algumas brechas e não estar alinhada com as outras
326 legislações afetas. Nas recomendações que havia produzido, entre outras coisas foi sugerido que o
327 CEDCA e o CEAS se reunissem e fizessem uma Resolução conjunta. Falou também sobre Edital de
328 financiamento dos projetos e que processo dos projetos dentro do Conselho precisaria ser revista a
329 comissão de Normas, e que daria funcionalidade dentro do Conselho Assessoria Jurídica. A conselheira
330 sugeriu que enviasse por e-mail o modelo de Plano de Ação de 2017 para aprovação. Voltando ao
331 assunto do projeto em pauta, o conselheiro Ricardo Zadra solicitou a numeração das páginas do Projeto
332 Associação das Obras Pavonianas de Assistência - Obras Sociais "Pe. Agnaldo fosse feita. Diante do
333 exposto o projeto acima nominado foi **aprovado por unanimidade.** Foi deliberado pelos
334 conselheiros que seria enviado para todos, e-mails com o modelo do Plano de Ação, e todas as
335 minutas dos textos de recomendações, para que tenham ciência. Ficaram deliberados os
336 conselheiros Cleibson, Silvia e Genilson para irem ao município de Periquito. A conselheira Célia
337 informou sobre a Plenária Extraordinária para finalizarmos os Planos Estaduais, uma vez que
338 conseguimos finalizar somente o 1º Plano Estadual de Erradicação do Trabalho infantil e Proteção ao
339 Adolescente Trabalhador do Estado de Minas Gerais, e **sugeriu que incorporasse já no texto as**
340 **contribuições dos conselheiros, que na próxima plenária apresentaria somente o ponto de**
341 **destaque.** Sem nenhum assunto mais a tratar ou deliberar, eu, Cláudia Rodrigues César lavrei a ata e
342 que se aprovada será assinada pelos conselheiros presentes na reunião, na forma e termos
343 regimentais.